

Comissão mista aprova MP em tempo recorde

Governistas escolhem relatores a dedo para garantir a aprovação das MPs o mais rápido possível. Impasse quanto ao IRPF continua

Sandra Nascimento e Liege Albuquerque
de São Paulo e Brasília

O presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) prometeu e os deputados e senadores parecem que levaram a sério o desafio de aprovar, até o próximo dia 8, as oito medidas provisórias que fazem parte do pacote fiscal. Ontem à tarde, foi discutida e aprovada em tempo recorde pela comissão mista especial, a primeira das MPs, que destina 60% dos recursos de contas bancárias não reclamadas para o programa de reforma agrária, outros programas de natureza social e 40% para um fundo de aval para pequenas e médias empresas. Das 51 medidas do pacote fiscal, foi o único ponto aplaudido pela oposição - que também não criou problemas para a aprovação do texto. Todos os relatores foram escolhidos a dedo para evitar o mínimo de surpresas possí-

veis. A presidência e a relatoria da MP que aumenta a alíquota do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e reduz em 50% os incentivos fiscais das regiões norte e nordeste, por exemplo, passaram longe do PFL, ardoroso crítico dessas mudanças.

É justamente a medida provisória do IRPF que não terá o mesmo entusiasmo por parte dos parlamentares. A única que, pelo princípio da anterioridade, o governo precisa ter aprovada até o final deste ano. Após reunião executiva do partido, o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), deixou claro que o partido vota contra o IRPF e o corte nos incentivos, que não atingiu apenas os fundos de desenvolvimento (Finor, Finam e Funres), mas também as escolas e hospitais particulares, os clubes de futebol, o vale-transporte, o ticket-refeição e os planos de saúde.

Tudo isso está nas mãos do relator, o deputado tucano Roberto Brant (MG). A presidência da comissão coube ao senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Brant já adiantou que não irá mudar uma vírgula caso o governo assim não o queira. "Eu represento o governo, então a negociação não é comigo, é com ele", disse Brant. Será

um embate aberto entre duas posições radicais: a do PSDB, pela manutenção do texto como está, e a do PFL. Os demais partidos da base governista, PMDB e PPB, estão, nesse caso, com o PFL.

Os parlamentares mostraram que

estão com fôlego para correr, mas o trabalho aos finais de semana — outro compromisso assumido por ACM — não está tendo a mesma dedicação. Findo o trabalho, o deputado presidente da comissão, Max Rosenmann (PMDB-PR), e o senador relator,

Élcio Álvares (PSDB-ES), voaram para seus estados de origem, com o sentimento de dever cumprido.

Nem os apelos dos presidentes da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), para que os parlamentares que fazem parte das comissões que estão discutindo as oito medidas provisórias do pacote fiscal permanecessem em Brasília no final de semana os sensibili-

zou. No sábado, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, irá proferir nova palestra de esclarecimento. Pelo menos outros quatro relatores ou presidentes de comissões também não estarão na cidade, o que impedirá o andamento dos trabalhos no final de semana.

Um assessor do deputado Luciano Pizzato (PFL-PR), que preside a comissão da MP que altera dispositivos do Plano de Benefícios da Previdência Social e do Plano de Custeio da Seguridade Social, afirmou no final da tarde de ontem que o deputado viajou para Curitiba e não estará em Brasília no final de semana. Para Pizzato, ele não poderá fazer nada enquanto o relatório do senador José Fogaça (PMDB-RS) não estiver pronto. O senador garante que irá trabalhar no final de semana, mas seu parecer só deverá ser finalizado na próxima quarta ou quinta-feira. "Não pretendo modi-

ficar o conteúdo da MP, mas se houver algo que melhore seu conteúdo dentre as 130 emendas apresentadas, poderei acolher", disse.

Nos gabinetes dos pemedebistas, senador Fernando Bezerra (RN) e do deputado Sandro Mabel (GO), a informação era de que os dois também não estariam na cidade amanhã. Bezerra é o presidente da comissão da MP que propõe aumento de 10% na alíquota do Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF). Mabel é o relator da comissão da MP que extingue 70 mil cargos vagos e acaba com o pagamento das horas extras dos ocupantes de cargos de confiança, entre outros pontos. Mabel garantiu que o seu parecer estará pronto para ser apresentado à comissão especial na terça-feira e adianta que deverá haver mudanças, mas nada que altere os planos de contenção de gastos.

"Não pretendo modificar o conteúdo da Medida Provisória", disse o senador José Fogaça